

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
ESPECIALIZAÇÃO A DISTÂNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL  
DÉFICIT COGNITIVO E EDUCAÇÃO DE SURDOS

JESUA MIRIAM OLIVEIRA DE MATOS

**EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA E TECNOLOGIA**  
A IMPORTANCIA DOS RECURSOS TECNOLOGICOS NA ESCOLA REGULAR  
SALA MULTIFUNCIONAL: CAMINHOS, PERSPECTIVAS E DESAFIOS

FEIRA DE SANTANA - BAHIA

2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
ESPECIALIZAÇÃO A DISTÂNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL  
DÉFICIT COGNITIVO E EDUCAÇÃO DE SURDOS

JESUA MIRIAM OLIVEIRA DE MATOS

**EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA E TECNOLOGIA**  
A IMPORTANCIA DOS RECURSOS TECNOLOGICOS NA ESCOLA REGULAR  
SALA MULTIFUNCIONAL: CAMINHOS, PERSPECTIVAS E DESAFIOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao curso de Especialização em Educação Especial Déficit Cognitivo e Educação de Surdos da UFSM – Universidade Federal de Santa Maria como requisito parcial para obtenção do título Especialista.

Orientador Prof. Thiago Weingartne

FEIRA DE SANTANA - BAHIA

2010

## **A DEUS**

Por ter dado a vida que hoje desfruto

“Você se fez presente em todos os momentos firmes e trêmulos da minha vida”.

E passo a passo, pude sentir a sua mão na minha, transmitindo-me a segurança necessária para enfrentar meu caminho e seguir...

“A tua presença é qualquer coisa com a luz e a vida, e sinto que, em meu gesto, existe o teu gesto e em minha voz, a tua voz”.

Vinícius de Moraes

## **DEDICATÓRIA**

Chegar a esta etapa da minha vida, é alcançar a realização de um grande sonho.

Sonho este, que não é só meu, e sim, de toda a minha família, que ao longo destes anos, me apoiaram, me transmitindo segurança, com toda dedicação e amor. Todos estão no meu coração e hoje merecidamente homenageio com palavras, gestos e pensamentos, cada um de vocês, co-autores desta conquista;

Agradeço a Deus pela presença diária em minha vida, principalmente nos momentos mais difíceis;

Dedico este trabalho ao meu esposo, Erinaldo, que compreendeu a minha ausência e esperou encerrar esta etapa com toda paciência e amor. a meus quatro filhos, por cada emoção compartilhada, dedicação e compreensão e a meus alunos pela troca de experiências.

A tutora Angeleide, as professoras Camila e Valquiria pelo apoio e as colegas de trabalho pelo companheirismo a mim dedicado.

Amo todos vocês!!!

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a diretora Maritânia e a vice-diretora Claudionora, que tenho um carinho especial.

Nessa gratidão e apreço que repartiram comigo os seus conhecimentos e experiências colocando em nossas mãos as ferramentas com as quais iremos proporcionar melhores meios de conhecimentos onde abriremos novos horizontes à satisfação plena de nossas idéias: pessoais, profissionais e humanas.

“... Quando deveis ser mestres: tendes novamente necessidade de alguém que vos ensine de novo”. (HEBREUS, 5:12 )

## **AOS COLEGAS:**

“Com toda certeza cada um de nós deixará um pouco de si, uma ponta de saudade faz presente”.

“Individualidades, costumes, adversidades fizeram do nosso convívio uma fonte lapidadora das nossas relações interpessoais e de vida, que simplesmente nos transformaram em um ser mais preparado e experimentado para outras relações humanas”.

Heron Nascimento

## **A TURMA**

Ao experimentar de uma cultura educacional religiosa e à convivência em um povoado com diversidades culturais não simplesmente nos capacitou para a vida, nos tornou homens, mulheres sensíveis às próprias limitações do ser humano durante o processo de evolução, quanto nos tornou mais gente, e, enquanto gentes, aprendem, através das próprias experiências de vida, a arte de ser humano e solidário com o próximo.

A mente quieta...

MATOS, Jesua Miriam Oliveira de. **Educação Especial Inclusiva e Tecnologia: A importância dos recursos tecnológicos na escola regular e sala de recursos multifuncional: caminhos, perspectivas e desafios.** 2010. 35 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Especialização Educação Especial Déficit Cognitivo e Educação Surdos/ Feira de Santana - BA) – Universidade Federal de Santa Maria, 2010.

## **RESUMO**

O tema central deste trabalho é a importância dos recursos tecnológicos na escola regular para a educação de alunos surdos. Na perspectiva de que esse é mais um dos desafios da educação inclusiva. O objetivo geral deste trabalho é investigar quais são os meios de aprendizagem encontrados na sala regular e na sala de recursos multifuncionais em escola da rede pública de Feira de Santana. Para tanto se adotou uma metodologia qualitativa. Primeiro foi analisado o Regimento Escolar e o Projeto Político Pedagógico da escola para verificar as referências sobre a educação inclusiva, já que a mesma atende alunos com necessidades educacionais especiais; em seguida recorreu-se às fontes orais, geradas através da escuta junto a professores que trabalham com alunos com necessidades educacionais especiais. Por fim ouviram-se ainda outros sujeitos que convivem no espaço escolar, para verificar os recursos tecnológicos existente na escola. Esta pesquisa permitiu concluir que os recursos utilizados na escola, constituem-se um verdadeiro laboratório, onde se desenvolvem experiências e observam-se reações e resultados.

**Palavras-chave:** Educação Especial; Tecnologia; sala multifuncional e escola regular.

MATOS, Jesua Miriam Oliveira de. **Educação Especial Inclusiva e Tecnologia: A importância dos recursos tecnológicos na escola regular e sala de recursos multifuncional: caminhos, perspectivas e desafios.** 2010. 35 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Especialização Educação Especial Déficit Cognitivo e Educação Surdos/Feira de Santana - Ba) – Universidade Federal de Santa Maria,2010.

## **ABSTRACT**

The central subject of this work is the importance of technological resources in regular school for education of students with special needs. In the perspective that this is one of the challenges of inclusive education. The aim of this study is to investigate what are the means of learning found in regular class and resource class multifunctional public school in Feira de Santana. For in such a way a diversified methodology was adopted. First it was analyzed the Pertaining to school Regiment and the Project Pedagogical Politician of the Escola Municipal Maria José Dantas Carneiro to verify the references on the inclusive education, because it serves students with special educational needs. Finally heard is that there are other subjects in school, to verify the technological resources available in school. This research concluded that the resources used in school, is a real laboratory, where experiments are being conducted and there are reactions and results.

Words key: Technological resources regular school, equality, Inclusive special education.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

### **LISTA DE SIGLAS**

ANEE	Alunos com necessidades educativas especiais.
AEE	Atendimento Educacional Especializado.
DA	Deficiência Auditiva.
DF	Deficiência Física.
DM	Deficiência Mental.
DV	Deficiência Visual.
EMMJDC	Escola Maria José Dantas Carneiro.
MEC	Ministério da Educação e Cultura
NEE	Necessidades Educativas Especiais
NEECRE	Necessidades Educativas Especiais nas Escolas Regulares de Ensino.
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais.
SEI	Secretaria Especial de Informática
TA	Tecnologias Assistivas
TIC'S	Tecnológicas.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>CAPITULO I</b>	
<b>1. PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS .....</b>	<b>14</b>
1.1 Instrumentos.....	14
1.2 Procedimentos para a coletas e Anaáise de dados.....	15
<b>CAPITULO II</b>	
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>16</b>
2.1 Salas de Recursos Multifuncional.....	17
2.2 A contribuição das ajudas tecnicas e das tecnologiaws Assistivas para a aprendizagem...	19
2.3 Currículo na Escola Inclusiva .....	21
<b>CAPITULO III</b>	
<b>3. RESULTADOS E DISCURSSÕES .....</b>	<b>24</b>
3.1 A Avaliação Inclusiva.....	27
3.2 Os Alunos .....	28
3.3O trabalho.....	39
<b>CAPITULO IV</b>	
<b>4. Considerações finais.....</b>	<b>31</b>
<b>REFERÊNCIAIS</b>	
APENDICE A.....	34
APENDICE .....	35

## **CAPITULO I**

### **1. INTRODUÇÃO**

A educação especial inclusiva está amplamente amparada tanto na Constituição Federal brasileira quando na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira e nos Parâmetros Curriculares Nacionais que asseguram a educação enquanto direito de todos os brasileiros, o Atendimento Educacional Especializado é o respeito à diversidade.

Segundo levantamento da Equipe de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação de Feira de Santana junto aos diretores, atualmente existe um contingente estimado de 800 alunos com necessidades especiais frequentando a rede municipal de ensino, dos quais apenas 700 foram declarados com necessidades educacionais especiais no último censo escolar.

Entretanto, no que diz respeito aos profissionais da educação que estão recebendo em suas classes regulares esses alunos, existe um sentimento geral de angústia, ao perceber que, profissionalmente, não foram minimamente preparados para lidar com as necessidades educativas especiais.

Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo geral a investigação dos meios de aprendizagem encontrados na sala regular e de recursos multifuncionais em escola da rede pública de Feira de Santana. No decorrer do trabalho foram feitas revisões bibliográficas e análises práticas nas quais foram identificados alunos com diversas necessidades educativas especiais além de serem colhidos depoimentos de professores sobre a experiência de ensino-aprendizagem junto a aluno com Déficit Cognitivo e depoimentos de pais e colegas desses alunos.

Segundo o Art. 205 da Constituição, a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família; sendo esta promovida com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. O ensino, portanto, deve ser ministrado com base no princípio de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola como diz o Art. 206. Diante estas afirmativas creio que a escola se coloca como o ambiente ideal para a educação de todas as pessoas, pois na riqueza do convívio com a diversidade é que há o verdadeiro crescimento.

Nunca o tema da inclusão esteve tão presente no dia-a-dia da educação. Cada vez mais professores estão percebendo que as diferenças não só devem ser aceitas, mas também

acolhidas como subsídio para a construção do cenário escolar. E não se trata apenas de admitir a matrícula dessas crianças, isso nada mais é do que cumprir a lei. O que devemos fazer é oferecer serviços complementares, adotar práticas criativas na sala de aula, adaptar o projeto pedagógico, rever posturas e construir uma nova filosofia educativa. Aprender a conviver com as diferenças é um crescimento pessoal, um passo nas relações interpessoais.

Segundo Mazzota (2002) não adiantam colocar um aluno surdo numa sala de aula se o professor não for preparado para dominar a Língua de Sinais. Neste caso a vontade do profissional da educação não é suficiente. É preciso uma preparação consciente, conseqüente e rápida, dos educadores. Em situações do dia a dia, pessoas portadoras de uma deficiência (física, mental ou sensorial) sofrem limitações menos pela própria deficiência do que pela atitude da sociedade em relação a elas. É a sociedade quem os incapacita, quando os esconde, camuflá-los, impossibilitando-os de conviver, ou seja, o disfarçando o preconceito para perpetuar a discriminação que resulta na exclusão.

Nesse sentido, faz-se necessário construir práticas pedagógicas que considerem as necessidades dos alunos, assim como todas as suas possibilidades de aprendizagem, criando condições e dando-lhes autonomia suficiente, para que aprendam uns com os outros, e com seus próprios erros, sem medo, preconceitos ou discriminações. Caso contrário, a escola será sempre um lugar sem os atrativos que proporcionam prazer e, fatalmente, logo será rejeitada; reprimindo o aluno o qual poderá apresentar comportamentos que poderão explodir sob as formas mais “inexplicáveis” possíveis. Barbosa (1994) traz um enfoque interessante que amplia a visão sobre os benefícios que a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais traz para a sociedade como um todo, aumentando suas capacidades de atenção, comunicação e participação e os alunos ditos normais desenvolverem atitudes de aceitação, solidariedade e flexibilidade, valorizando o outro em sua diversidade.

O desafio da educação especial brasileira é a implantação de uma educação de qualidade e com a organização de escolas que atendam a todos os alunos sem nenhum tipo de discriminação e que reconheçam as diferenças como fator de enriquecimento no processo educacional. Assim, a utilização recursos tecnológicos na educação de alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE) abre uma perspectiva de aprendizagem que pode ser vista como meio de melhora e ampliação do saber, esses recursos podem ser considerados, então, como valiosos instrumentos didático facilitador do processo de aquisição do conhecimento, nesse sentido, oferecer a estes alunos situações diversas de ensino

aprendizagem constitui possibilidades de desenvolvimento, não apenas do ponto de vista cognitivo, mas também no social, afetivo e emocional.

A escola desenvolve um trabalho onde o professor cria ambiente de aprendizagens interdisciplinares propondo desafios, perspectivas e explorações que conduzam a descobertas e promovam a construção do conhecimento, contemplando a proposta pedagógica que está ancorada na visão sócio-histórica, a qual coloca o ser humano como ativo, cujo pensamento vai se construindo gradativamente em um ambiente que é histórico, em essência, social. A era da informática está cada vez mais, incorporando diferentes pessoas em um mundo infinito de informações e possibilitando novas formas de conhecer e pensar. A telemática, ou seja, o trabalho com redes de computadores constitui um meio de relevantes possibilidades pedagógicas, já que não se limita ao que constitui estritamente uma disciplina, permitindo a inter e a pluridisciplinariedade, possibilitando uma educação global.

O surgimento das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC's), que deram origem à sociedade atual, a Sociedade da Informação, trouxe mudanças significativas nas relações econômicas, políticas, sociais e culturais e, ao mesmo tempo em que possibilitou a globalização, também aumentou as diferenças sociais, deixando de um lado as pessoas que têm acesso e recursos para a utilização das tecnologias e, de outro, as que não os têm, diante das exigências oriundas da sociedade contemporânea, em que a tecnologia adquire importância na vida de pessoas e de empresas, percebo que a inclusão digital tem beneficiado apenas uma parcela da população. Para muitos, este mundo continua distante, em decorrência de uma vida de exclusões. Saber utilizar a informação é um fator determinante no exercício da cidadania e da inclusão social. O progresso da inovação tecnológica representa um desafio às instituições educacionais no sentido de oferecer um ensino de qualidade, condizente com as necessidades de uma sociedade em constante transformação.

Por fim, o uso pedagógico dessas tecnologias sistematiza e multiplica os ganhos educativos no desenvolvimento cognitivo, lingüístico e social. Tornando necessária a busca por caminhos para se trabalhar com o aluno, a fim de promover cidadania, em sintonia com a realidade atual. Sendo também de igual relevância a elaboração e implantação de projetos que popularizem as tecnologias digitais, socializando os mecanismos de inserção do homem no contexto atual, para que a inovação tecnológica não seja mais um mecanismo de segregação social.

### **Objetivo Geral**

- Investigar quais são os meios de aprendizagem encontrados na sala regular e na sala de recursos multifuncionais em escola da rede pública de Feira de Santana.

### **Objetivos Específicos**

- Verificar as formas de inclusão ocorrida em sala de aula a partir da observação participante;
- Ressaltar as condições necessárias à inclusão que parte de um Atendimento Educacional Especializado para todos os alunos que dele necessitem;
- Compreender a posição do professor frente às diferenças impostas pelas diversas limitações;
- Investigar os meios de aprendizagem utilizados para que aconteça a inclusão.

## **CAPITULO II**

### **2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A presente pesquisa de natureza qualitativa foi feita a partir de consulta mais aprofundada nas diversas bases de dados entre os meses de agosto abril e julho de 2010. A base utilizada foi: Scielo, tendo como base de procura os descritores: Educação Inclusiva, Sala de Recursos, Sala Regular e Recursos Tecnológicos. Além das pesquisas na literatura científica publicada em artigos, considereirei também as informações de livros e módulos disponíveis no MEC e na plataforma virtual da Universidade Federal de Santa Maria, respectivamente. Também foram colhidas entrevistas e análises da vivência prática.

A principal vantagem deste tipo de pesquisa reside no fato de obter informações mais amplas acerca das formas de inclusão encontradas nas salas regulares. A hipótese levantada está no fato de que as relações interpessoais fazem parte do sustentáculo da superação das desigualdades de oportunidade no meio escolar que se pretende, e que, especificamente na escola inclusiva,

Para isso foi realizada uma revisão bibliográfica sobre a problemática e sobre o histórico da deficiência, da educação especial e da inclusão de alunos com necessidades educativas especiais no sistema regular de ensino. Durante coleta de dados tornou-se relevante o suporte teórico sobre a importância da tecnologia na escola regular, de Touraine (1998), que complementa a visão das categorias anteriores, incluindo outros atributos organizacionais, como por exemplo, o papel da direção da escola na construção positiva ou negativa.

Diante disso, torna-se necessário a realização de novos estudos feitos por educadores que foquem os meios de aprendizagem, ressaltando a importância do dos recursos na sala regular, além disso, é importante que se ponha em prática possibilidades e estratégias inovadoras a fim de promover autonomia e segurança aos alunos e conseqüentemente fazê-los vencer os inúmeros obstáculos encontrados na sociedade.

#### **2.1 Instrumentos**

Os instrumentos de coleta de dados utilizados foram: um relato de entrevista para a equipe pedagógica (APENDICE A), um questionário aplicado aos professores (APENDICE B) e uma análise documental do projeto político -

pedagógico da Escola Municipal Professora Maria José Dantas Carneiro.

## **2.2 Procedimentos para Coleta e Análise dos Dados**

Foi feito contato com a direção da escola investigada, expondo os objetivos da pesquisa, em seguida agendado um horário para coleta de dados, onde foi dada a garantia do anonimato, preservando a identidade dos participantes. As entrevistas foram gravadas e ouvidas minuto a minuto para realização e transcrição das informações, onde emergiram categorias de análise para interpretação dos dizeres obtidos nos instrumentos de coleta de dados.

Apesar da aceitação dos professores em responder às perguntas pude perceber que os mesmos apresentaram maior resistência ao questionário.

Sendo surpreendida ao ouvir respostas como: “não tenho habilidades, não tenho formação e não sei lidar com alunos com necessidades educativas especiais”, e “não tenho tempo para responder as perguntas, pois preciso pensar na proposta antes de responder”, “estas perguntas são muito difícil, será que podemos fazer em grupo”, felizmente encontrei duas professoras da sala de recursos multifuncionais que cooperaram e ajudaram com as suas respostas. Dentre estas questões percebe-se quanto o professor está desatualizado, necessitando urgentemente continuar com seu processo de formação continuada, pois estes são os profissionais formadores de pessoas.

Também foi analisadas a distribuição de alunos com Necessidades Educativas Especiais por turno e série.

## **CAPITULO III**

### **3. REFERENCIAL TEÓRICO**

Com base nos pressupostos legais da Constituição Federal de 1988, o artigo 205 prevê o direito de todos à educação e o artigo 208 prevê o atendimento educacional especializado, e a inclusão escolar, fundamentada na atenção à diversidade, exigindo mudanças estruturais nas escolas comuns e especiais. Esse direito está assegurado na LDBEN – Lei nº. 9.394/96 no parecer do CNE/CEB nº. 17/01, na Resolução CNE/CEB nº. 2, de 11 de setembro de 2001, na lei nº. 10.436/02 e no Decreto nº. 5.626, de 22 de dezembro de 2005.

A fundamentação filosófica da Escola Maria José Dantas Carneiro, pressupõe que todos os alunos de uma comunidade, independente de suas necessidades educacionais especiais, etnia, gênero, diferenças lingüísticas, religiosas, sociais, culturais, entre outras, tem o mesmo direito de acesso à escolarização, com o grupo de sua faixa etária e que a escola deva acolher e valorizar as diferenças.

A educação especial, por sua vez, converte-se em uma modalidade transversal de educação escolar que permeia todos os níveis, etapas e modalidades de educação, por meio da realização do Atendimento Educacional Especializado, definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais, orientando e colaborando com a educação regular comum, em benefício de todos os alunos.

A expressão “atendimento especializado”, entendida de forma equivocada como sinônimo de escolarizações realizadas com classes especiais alimentou por longo período as práticas educacionais direcionadas a alunos com deficiência, bem como a formação de professores de educação especial. Tal equívoco decorre do pensamento de que os alunos com deficiência seriam incapazes de aprender, provocando a existência de um sistema, que impedia a inclusão escolar destes alunos nas escolas da rede regular de ensino.

Com o objetivo de tornar a escola um espaço democrático que acolha e garanta a permanência de todos os alunos, sem distinção social, cultural, étnica, de gênero ou em razão de deficiência e características pessoais, o Ministério da Educação implementa uma política de inclusão que pressupõe a reestruturação do sistema educacional. Atendendo as necessidades educacionais especiais e respeitando seus direitos, a Sala de Recursos Multifuncionais propõe o favorecimento do processo de inclusão educacional, trabalhando



com alunos em turno inverso ao ensino regular à que estão matriculados, orientando pais e professores.

Por educação especial, modalidade de educação escolar – conforme especificado na LDBEN e no recente Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, Artigo 24, 1º – entende-se um processo educacional definido em uma proposta pedagógica, assegurando um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todos os níveis, etapas e modalidades da educação (MAZZOTTA, 1998).

A política de inclusão de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não consiste apenas na permanência física desses alunos junto aos demais educandos, mas representa a ousadia de rever concepções e paradigmas, bem como desenvolver o potencial dessas pessoas, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades. Além das competências, que os professores necessitam para proporcionar uma educação de qualidade para todos, muitas vezes, são necessárias ajudas técnicas ou equipamentos específicos (Tecnologias Assistivas) para atender às necessidades educacionais especiais, bem como a atuação conjunta de outros profissionais na promoção da acessibilidade. A utilização das Tecnologias Assistivas (TA's) para o “apoderamento” do aluno com necessidades educacionais especiais, possibilitando ou acelerando o seu processo de aprendizado, desenvolvimento e inclusão social é uma maneira concreta de neutralizar as barreiras causadas pela deficiência e inserir esse indivíduo nos ambientes ricos para a aprendizagem, proporcionados pela cultura.

### **3.1 Salas de Recursos Multifuncionais**

As pessoas com necessidades educacionais especiais têm assegurado pela Constituição Federal de 1988, o direito à educação (escolarização) realizada em classes comuns e ao atendimento educacional especializado complementar ou suplementar à escolarização, que deve ser realizado preferencialmente em salas de recursos na escola onde estejam matriculados. Esse direito também está assegurado na LDBEN – Lei nº. 9.394/96, no

parecer do CNE/CEB nº. 17/01, na Resolução CNE/CEB nº. 2, de 11 de setembro de 2001, na lei nº. 10.436/02 e no Decreto nº. 5.626, de 22 de dezembro de 2005.

O Atendimento Educacional Especializado é uma forma de garantir que sejam reconhecidas e atendidas as particularidades de cada aluno com Necessidades Educativas Especiais. Este pode ser em uma Sala de Recursos Multifuncionais, ou seja, um espaço organizado com materiais didáticos, pedagógicos adaptados, equipamentos e profissionais com formação para o atendimento às necessidades educacionais especiais, projetadas para oferecer suporte necessário às necessidades educacionais especiais dos alunos, favorecendo seu acesso ao conhecimento. Esse atendimento deverá ser em horário oposto das classes comuns.

Os princípios para organização das salas de recursos multifuncionais partem da concepção de que a escolarização de todos os alunos, com ou sem necessidades educacionais especiais, realiza-se em classes comuns do Ensino Regular. O aluno com necessidades educacionais especiais tem assegurado seus direitos, sendo de responsabilidade da família, da escola, do sistema e da sociedade.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, 2001, em seu artigo 2º orientam que: “Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos”. (ALVES, 2008, p.11).

O Atendimento Educacional Especializado constitui parte diversificada do currículo dos alunos com necessidades educacionais especiais, organizado institucionalmente para apoiar, complementar e suplementar os serviços educacionais comuns. Dentre as atividades curriculares específicas desenvolvidas no Atendimento Educacional Especializado em salas de recursos se destacam: o ensino de Libras, o sistema Braille e o sorobã e a comunicação alternativa. Esse atendimento não pode ser confundido com reforço escolar ou mera repetição dos conteúdos programáticos desenvolvidos na sala de aula, mas devem constituir um conjunto de procedimentos específicos mediadores do processo de apropriação e produção de conhecimentos.

Os alunos atendidos na Sala de Recursos são aqueles que apresentam alguma necessidade educacional especial, temporária ou permanente. Entre eles estão os alunos com dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultam o acompanhamento das atividades curriculares, os alunos com dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais, os que evidenciem altas habilidades/superdotação e que apresentem uma grande facilidade ou interesse em relação a algum tema ou grande criatividade ou talento específico. Também fazem parte destes grupos, os alunos que enfrentam limitações no processo de aprendizagem devido a condições, distúrbios, disfunções ou deficiências, tais como: autismo, hiperatividade, déficit de atenção, deficiência física, paralisia cerebral e outros. (MANTOAN, 1997).

O professor da Sala de Recursos deve atuar, como docente, nas atividades de complementação ou suplementação curricular específica que constituem o Atendimento Educacional Especializado; atuar de forma colaborativa com o professor da classe comum para a definição de estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso do aluno com necessidades educacionais especiais ao currículo e a sua interação no grupo; orientar as famílias para o seu envolvimento e a sua participação no processo educacional; informar a comunidade escolar a cerca da legislação e normas educacionais vigentes que asseguram a inclusão educacional; participar do processo de identificação e tomada de decisões acerca do atendimento às necessidades especiais dos alunos; preparar material específico para o uso dos alunos na sala de recursos; orientar a elaboração de material didático-pedagógico que possam ser utilizados pelos alunos nas classes comuns; indicar e orientar o uso de equipamentos e materiais específicos e de outros recursos existentes na família e na comunidade e articular, com gestores e professores, para que o projeto pedagógico da instituição de ensino se organize coletivamente numa perspectiva de educação inclusiva. (EGLER, 1997).

### **3.2. A contribuição das Ajudas Técnicas e das Tecnologias Assistivas para a aprendizagem**

Para possibilitar ou facilitar o acesso à comunicação e a informação, foram criadas Tecnologias Assistivas que é um termo ainda novo, utilizado para identificar todo o arsenal de **Recursos** e **Serviços** que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e conseqüentemente promover **Vida Independente** e **Inclusão**. A Tecnologia Assistiva se compõe de recursos, serviços, produtos e sistema fabricado em série

ou sob-medida utilizado para aumentar, manter ou melhorar as capacidades funcionais das pessoas com necessidades especiais. Os recursos podem variar de um simples lápis adaptado a um complexo sistema computadorizado. Estão incluídos brinquedos e roupas adaptadas, computadores, *softwares* e *hardwares* especiais, que contemplam questões de acessibilidade, dispositivos para adequação da postura sentada, recursos para mobilidade manual e elétrica, equipamentos de comunicação alternativa, chaves e acionadores especiais, aparelhos de escuta assistida, auxílios visuais, materiais protéticos e milhares de outros itens confeccionados ou disponíveis comercialmente.

De acordo com Alves (2006, p. 18):

(...) a lei nº 10.098/00, que trata das normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, dispôs que o poder público promoverá a supressão de barreiras urbanísticas, arquitetônicas, de transporte e de comunicação, mediante ajudas técnicas. Na regulamentação da lei, o art. 61 do Decreto nº. 5.296/04 definiu: “consideram-se ajudas técnicas os produtos, instrumentos e equipamentos ou tecnologia adaptados ou especialmente projetados para melhorar a funcionalidade da pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, favorecendo a autonomia pessoal, total ou assistiva, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidades para todos (ALVES, 2006, p.11

Muitas vezes a adaptação de recursos é feita de maneira natural, de acordo com a necessidade e, principalmente porque alguém se preocupou em buscar soluções rápidas que possibilitassem a inclusão. Como uma mesa que teve suas pernas serradas para diminuir de altura e ficar ao alcance de uma criança cadeirante ou um mapa contornado com cola em alto relevo para que um aluno deficiente visual pudesse sentir. Estes recursos artesanais, pesquisados e desenvolvidos pelos próprios professores ou pais, podem fazer a diferença entre poder ou não estudar junto com seus colegas (TOURAINÉ, 1998).

As Tecnologias da Informação e da Comunicação vem se tornando, cada vez mais, instrumentos de inclusão, uma vez que viabilizam a interação do sujeito com o mundo. Há

uma grande variedade de materiais e recursos pedagógicos que podem ser utilizados para o trabalho na Sala de Recursos Multifuncionais ou até na sala de aula regular, entre eles destacam-se: os jogos pedagógicos que valorizam os aspectos lúdicos, a criatividade e o desenvolvimento de estratégias de lógica e pensamento; os jogos adaptados, como aqueles confeccionados com simbologia gráfica, utilizada nas pranchas de comunicação correspondentes à atividade proposta pelo professor; livros didáticos e paradidáticos impressos em letra ampliada, em Braille, digitais em Libras, livros de histórias virtuais, livros falados; recursos específicos como reglete, punção, sorobã, guia de assinatura, lupa manual, calculadora (TOURAINÉ, 1998).

A Educação Inclusiva trouxe questões a serem debatidas, desestabilizou, desacomodou, criou situações que nos fez pensar e perceber que, mesmo sem alunos visivelmente deficientes dentro da sala de aula, havia alunos excluídos. Tentar encontrar soluções para que todos tenham sua chance de aprender e buscar atender as necessidades individuais de cada um, nada mais é do que sonhar com a escola de qualidade para todos.

### **3.3 O Currículo na Escola Inclusiva**

Ao contemplar a perspectiva histórica para a caracterização atual da Educação Especial constatei que ela vem sofrendo reformulações, retificações, derivações e inovações que têm afetado suas considerações teóricas e práticas. Hoje em dia, faz-se necessário a revisão do próprio conceito de Educação Especial, e da população a que se destina. A mudança fundamental refere-se à introdução do termo necessidades educativas especiais; expressão que indica que para a consecução dos fins da educação é preciso determinadas ajudas pedagógicas ou serviços especiais. Assim, pois, as necessidades educativas contemplam um "continuum" e a resposta educativa, em consequência, pode considerar-se, também, como um "continuum" de atuação que vai desde as mais simples, às mais específicas e incluem tanto uma ajuda temporal como as medidas e serviços mais permanentes.

O modelo educativo que deriva dessa concepção de Educação Especial centrada na ajuda que é necessária proporcionar ao aluno visando otimizar seu processo de desenvolvimento, direciona a responsabilidade da escola para as necessidades educativas especiais de um aluno, que é identificada em relação ao contexto escolar, e, a partir daí, é possível propor uma resposta. Por outro lado, as necessidades de um aluno não podem ser concebidas de forma definitiva e determinante, mas dependerão das particularidades do aluno,

num dado momento e num dado contexto. Por isso, a resposta educativa deve ser formulada considerando a situação individual de aprendizagem, em interação com um determinado contexto escolar (funcionários, alunos, estrutura e organização).

Desta maneira, emerge uma visão de escola particularmente atenta à sua função social e educativa de favorecer o desenvolvimento integral de todos os alunos, independente de suas características individuais e as de seu contexto; logo, uma concepção de escola que responde diferencialmente à diversidade do grupo. De acordo com esta nova concepção, a Educação Especial passa a buscar um contexto menos restritivo possível, invertendo o processo atual em que as diferenças têm sido motivo de segregação. A necessidade de ajudas ou serviços especiais não exclui esses alunos dos recursos regulares ou comuns. Precisamente, o objetivo fundamental é facilitar ao máximo a participação do aluno em recursos e em situações educativas normalizadas/comuns, ou seja, a integração do aluno no ensino regular e fazer com que se execute a diversificação da resposta educativa - a oferta da escola - segundo as necessidades particulares dos alunos. Ambas as dimensões devem ser analisadas em toda situação ou demanda de educação especial. Uma vez determinadas as necessidades educativas especiais é hora de se propor uma série de ajustes ou modificações que se façam necessária.

O desafio da escola consiste, precisamente, em ser capaz de oferecer ao aluno a resposta às suas necessidades, ou seja, a ajuda pedagógica que ele necessite, ajustando a intervenção educativa à individualidade do aluno. A dificuldade desta tarefa é evidente, e é a única maneira de evitar que a escolarização colabore para aumentar as desigualdades

Tendo em vista que a diversidade é um fato inerente ao desenvolvimento humano, a educação escolar terá que assegurar, então, um equilíbrio entre a necessária unidade do currículo e a inegável diversidade dos alunos. Logo, o currículo inclui tanto o projeto político-pedagógico da escola, como a sua própria prática.

Nesse processo, a participação dos pais deve ser assegurada, tanto no plano institucional, como parte da comunidade educativa, através do Conselho Escolar e por meio da Associação de Pais, como a nível pessoal. Essa participação começa no processo de identificação e valorização de necessidades e deve prolongar-se no acompanhamento da ação educativa. Essas adequações são intrínsecas ao novo conceito de currículo. De fato, o currículo deve contar com adequações que atendam a diversidade das escolas, das aulas e dos alunos. Na realidade, essa tarefa é da responsabilidade da escola como tal, da equipe de funcionários e de cada professor em sua atuação didática.

O processo de elaboração de adequações curriculares constitui-se estratégia quando um aluno ou grupo de aluno necessita alguma modificação na ajuda pedagógica que se oferece ao grupo em geral, seja por seus interesses ou motivações, ou por suas capacidades. Não se trata, pois, de fazer um programa paralelo, mas sim de realizar modificações individuais ou coletivas, a partir da programação do grupo de referência. As adequações propostas podem ser de caráter geral, que afetam todas as áreas curriculares (eliminação de um objetivo da série, introdução de um sistema de comunicação ou de escrita, utilização de um material específico...), ou específicas, isto é, centradas em uma área curricular concreta (eliminação ou introdução de um objeto da área de linguagem, revisar o tipo de apoio pedagógico que se determinou para essa área...). É importante assinalar que uma mesma necessidade pode dar lugar a várias adequações. Por exemplo, a necessidade de desenvolver hábitos de autonomia e independência pessoal pode dar lugar à adequação tanto em objetivos e conteúdos, como em metodologia e material. Adaptações curriculares, portanto, são respostas educativas que devem ser dada pelo sistema educacional, de forma a favorecer a todos os alunos e, dentre estes, os que apresentam necessidades educacionais especiais.

Tudo se torna possível se as metas realistas forem estabelecidas e ações consistentes forem planejadas e realizadas. Assim, pode-se levar um ano, dois, três, cinco, mas deve-se caminhar firme e decididamente na construção do sistema que a população brasileira deseja e merece.

## **CAPITULO IV**

### **4. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A Escola Municipal Maria José Dantas Carneiro (EMMJDC) está localizada na Rua São Valentin Nº. 41 – bairro Caseb em Feira de Santana. Fundado em 1993, inicialmente com o nome Escola Duque de Caxias, oferecem os cursos de Ensino Fundamental de 1º a 9º ano, nos turnos matutino e vespertino uma Sala de Recursos Multifuncionais para alunos com necessidades especiais, em regime de externato para ambos os sexos. No texto alusivo às comemorações dos 17 anos de fundação, encontramos referências à filosofia que orienta o trabalho da escola, sendo que este parte da convicção de que “através da educação o homem pode ser mais – mais informado, mais competente, mais criativo, mais solidário, mais humano, mais comprometido consigo mesmo, com o outro, com o mundo, com a vida e assim pode ser mais feliz”.

No Regimento Escolar da Escola Municipal Maria José Dantas Carneiro, em seu Capítulo IV DAS NORMAS DE CONVIVÊNCIA ESCOLAR, chama a atenção os princípios apontados, quais sejam:

Art. 142 – As normas na convivência escolar orientam as relações profissionais e interpessoais que ocorrem na Unidade Escolar e pautam-se em princípios de responsabilidade individual e coletiva, de solidariedade, de direito, de ética, de pluralidade cultural, de autonomia e gestão democrática (p. 32).

A referência à solidariedade aparece novamente no Projeto Político Pedagógico da (EMMJDC), onde se lê, na justificativa:

Acreditando que um trabalho dessa natureza (educativo) somente se efetivará num espaço digno onde as crianças e os jovens possam ser educados, é que a nova LDB busca atingir um patamar mínimo que respeite a dignidade e os direitos dos educandos nas instituições onde muitos deles vivem a maior parte da infância e da adolescência. Sendo assim, uma proposta advinda da Escola Maria José Dantas Carneiro deve



ser pautada em uma perspectiva de desenvolvimento sustentável e solidário da sociedade, na qual a escola exerce a função de formadora e qualificadora do ser humano nos aspectos: físicos, psíquicos e sociais objetivando sua plenitude e participação consciente no processo histórico (p. 3).

É interessante ressaltar a solidariedade, que se destaca como um ponto importante do trabalho da Escola Municipal Prof.<sup>a</sup> Maria José Dantas Carneiro e é citado por representantes de todos os segmentos da escola. A solidariedade está diretamente ligada à concepção de educação inclusiva, podendo funcionar como ponte para se alcançar os objetivos propostos por uma visão de educação que pretende incluir todos os alunos.

No Projeto Político Pedagógico da EMMJDC não há nenhuma referência específica para a Educação Inclusiva, entretanto, ao longo da pesquisa que foi desenvolvida para a conclusão do curso, busquei perceber algumas referências que apontassem nesse sentido. O exemplo:

Em consonância com esses princípios, podemos afirmar que a Escola Municipal Maria José Dantas Carneiro, deve proporcionar às crianças e aos adolescentes um ambiente significativo e prazeroso em que eles possam desenvolver a vontade de conhecer e aprender, envolvendo-se no grupo de forma criativa, questionadora, vivenciando situações que desafiem seu pensamento para uma relação construtiva com o mundo, que se realiza a partir das experiências vividas pelos sujeitos, nos diversos espaços educativos a que tem acesso (família, trabalho, escola, grupos de convivência), na interação com o mundo e com as pessoas que fazem parte do seu universo cultural (PPP, p. 3).

Portanto, colocando os alunos em contato direto e crítico com a realidade a EMMJDC poderá contribuir para a formação do ser humano integrado à sociedade, propiciando o seu desenvolvimento na perspectiva individual e social, visando à formação do

cidadão pleno (Idem, p. 4). O movimento verificado a partir do fim da década de 80 e início de 90 pela prevalência de um único sistema educativo para todos, gerou a procura de matrícula de alunos portadores de necessidades educativas especiais nas classes regulares das redes pública e privada. E a partir do ano 2000 a escola citada também passou a recebê-los.

Entretanto, apesar das evidências textuais que apontam para uma condução dos trabalhos educacionais pautados na solidariedade, a definição do conceito de educação inclusiva, na visão da Secretaria de Educação Especial como “uma proposta pedagógica que assegura recursos, serviços especializados e atendimento às necessidades educacionais dos alunos” pressupõe a formação docente e a organização das escolas para garantir o direito de todos à educação de qualidade, o que exige apoio à formação dos professores em cursos específicos, com ênfase nas necessidades educacionais dos alunos, seja auditiva, visual, mental, física, altas habilidades/superdotação e outras.

Como a maioria das escolas a Escola Municipal Maria José Dantas Carneiro também padece de formação específica do seu quadro de docentes. E está buscando formas alternativas para suprir tais deficiências através da criação de um fórum permanente de leituras, discussões e encaminhamentos das questões que a educação inclusiva apresenta.

Como resultado do proposto acima, durante as observações do cotidiano escolar na escola, foi possível verificar que os alunos com necessidades educativas especiais são incluídos pelos seus colegas, que não fazem distinção sejam na hora do recreio, brincadeiras ou na hora de atividades regularmente desenvolvidas em classe. Antes fazem questão de estarem juntos, rindo e brincando, como é costume de toda criança. Fundamentado na concepção de direitos humanos, desencadeia o movimento mundial pela Educação Inclusiva o qual vem em defesa de todos os alunos estarem juntos aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação.

Em visita à Secretaria de Educação do Município de Feira de Santana-Bahia, pude encontrar diretrizes educacionais as quais foram formuladas para educação especial. Analisado tais diretrizes conclui que a inclusão se processa com objetivos e metas que buscam: promoção de cursos profissionalizantes para pessoas com necessidades especiais (proporcionando acessibilidade), sensibilizar os diversos segmentos da sociedade através de campanhas informativas, (garantindo à pessoa com necessidades especiais o direito de ir e vir), acompanhar o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a adequação da infraestrutura, instituir espaço o qual os familiares dos alunos em questão interajam (fornecendo

conhecimentos pertinentes à educação inclusiva), ampliar a Formação Continuada (oferecida aos profissionais da educação que atuam na rede regular, visando o atendimento à diversidade, garantir a presença do Profissional Interpretador (voltado para os alunos surdos), adequar o espaço físico (atendendo às limitações dos alunos), além de ampliar as salas de Recursos Multifuncionais (com especialistas nas áreas de necessidade visual, mental, auditiva e altas habilidades/superdotação).

Estas concluídas acima, embora caminhem a passos lentos são aplicadas de forma gradativa a começar do Projeto Político Pedagógico o qual tem suas ações voltadas ao atendimento à diversidade, abrangendo metas e objetivos na perspectiva inclusiva. Como resposta, cursos são oferecidos aos profissionais que atuam na rede regular de ensino, algumas escolas estão sendo adaptadas com salas de recursos multifuncionais, a exemplo da Escola Municipal Joselito Amorim, equipamentos estão, mesmo em número reduzido, chegando às salas.

Em suma, não posso encarar este assunto sempre negativamente, é fato que não apenas o governo como também, a sociedade de uma maneira geral está se movendo neste grande desafio, não mais retrogradamente, e sim vislumbrando um futuro que outrora parecia utopia e agora ver-se que existe a possibilidade de se tornar real.

#### **4.1 A Avaliação Inclusiva**

Luckesi (2006) em entrevista à revista Nova Escola, analisando a avaliação de aprendizagem escolar que é feita hoje, afirma que a maioria das escolas promove exames, que não são uma prática de avaliação. O ato de examinar é classificatório e seletivo. A avaliação, ao contrário, diagnóstica e inclusiva. Hoje aplicamos instrumentos de qualidade duvidosa: corrigimos provas e contamos os pontos para concluir se o aluno será aprovado ou reprovado. O processo foi concebido para que alguns estudantes sejam incluídos e outros, excluídos. “Do ponto de vista político-pedagógico, é uma tradição antidemocrática e autoritária, porque centrada na pessoa do professor e o sistema de ensino, não em quem aprende” (LUCKESI, 2006, p. 18-19).

Analisando o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Maria José Dantas Carneiro encontra-se a seguinte proposição sobre a avaliação:

A avaliação deve ser vista com o um ato reflexivo que envolve as relações professor/aluno, aluno/professor, aluno/aluno, escola/comunidade, o trabalho escolar exige uma mediação que propicie de interação, discussão e troca de experiências, numa atitude de respeito aos ‘tempos’ de aprendizagem de cada aluno.

Dessa forma, os professores devem assumir uma postura avaliativa, no sentido de fazer os ajustes necessários ao longo do processo de ensino-aprendizagem, através da observação do desempenho coletivo e individual dos alunos, numa perspectiva de avaliação continuada que para tanto enquanto processo somatório de atividades, além de diagnosticar os avanços e as dificuldades, com vistas a selecionar estratégias de intervenção pedagógica, integradas à aprendizagem e à avaliação (PPP, p. 11).

Há uma aproximação entre a visão de avaliação proposta pelo (PPP) Projeto Político Pedagógico em análise e o que afirma o educador brasileiro. Mas ainda se percebe certo distanciamento entre os princípios da Educação Inclusiva e, conseqüentemente, da avaliação inclusiva.

#### **4.2 Os Alunos**

Considerando que a presença de alunos com necessidades especiais pode contribuir para o melhor desempenho de educar toda a comunidade escolar, na Escola Municipal M. J. D. C. estão matriculados 9 alunos, assim distribuídos.

No primeiro ano um aluno com (d.i.) deficiência intelectual, no segundo ano, um aluno com (d.i.) deficiência intelectual e outro com baixa visão, no terceiro ano uma aluna com (d.a.) deficiência auditiva e um aluno com (d.i.) deficiência intelectual, no quarto ano três alunos com (d.i.) deficiência intelectual e no quinto ano um aluno com Síndrome de Down.

Com o atendimento na sala de recursos multifuncionais pode observar que os alunos especiais acima citados recebem apoio complementar e suplementar em horários oposto da sala regular. Dentre as atividades curriculares específicas desenvolvida destacam o ensino da Língua Brasileira de Sinais, o sistema Braille, o soroban, a comunicação alternativa, o enriquecimento curricular, técnicas e tecnologias e assistivas.

A realidade da escola pesquisada não é diferente das outras, busca com criatividade, alternativa e estratégias recursos para que o aluno participe atue positivamente nas varias atividades do contexto escolar. Assim percebem em conjunto que valorizar o aluno aumenta suas capacidades de ação e interação permitindo construir individual e coletivamente novos conhecimentos.

Trabalhar na escola com uma perspectiva inclusiva não é missão impossível, mas um desafio, apesar das condições adversas, a escola tem compromisso social e educacional e vem desenvolvendo algumas estratégias pedagógicas diferenciadas que é considerada bem-sucedida pelas famílias e comunidades.

Assim, para que as mudanças tenham lugar, é indispensável que sejam geridas de formas a assegurar a participação de um corpo docente empenhado e confiante. Conseqüentemente, toda atenção, voltada ao processo de envolvimento, abordando o trabalho em que todos os profissionais tenham o objetivo de explorar formas de desenvolver na escola para responderem à diversidade do alunado com necessidades educativas especiais ou não.

### **4.3 O trabalho**

Ao longo desse trabalho, ficou ressaltada a necessidade de considerar a importância dos fatores social e cultural para que a educação inclusiva venha a acontecer de fato, nos sistemas regulares de ensino, seja ele particular ou privado. Sendo preciso compreender a educação como direito de todos, o que diz respeito também aos portadores de necessidades educativas especiais. Isso envolve, entre outras coisas, o conceito de justiça baseando-se na equidade e sensibilidade pela necessidade de uma sociedade mais inclusiva. E a adoção de atitudes de respeito pelas diferenças entre as pessoas, respeito esse que se faz necessário ao convívio harmonioso numa sociedade democrática e pluralista.

Ao investigar o processo de avaliação de alunos com necessidades educativas especiais na escola investigadora, busquei revisar a bibliografia e refletir acerca das idéias e práticas correntes no ambiente escolar com relação à avaliação de alunos com necessidades educativas especiais. Assim sendo, foi possível perceber um esforço dos profissionais atuantes na tentativa de incluir os alunos no universo escolar, para, dessa forma enfrentar as mudanças de paradigmas da atual educação e vencer um importante desafio. Nos momentos das observações pude perceber que as avaliações foram individuais com registros diários contribuindo para identificar os comportamentos mais significativos em cada um, auto-

avaliação dando ao aluno oportunidade, conjunta com a professora reconstituir o processo de aprendizagem, ficha de acompanhamento individual ajudando a professora a fornecer a evolução do aluno.

Diante dos estudos feitos no decorrer da pesquisa posso concluir que a avaliação deve envolver todo o trabalho escolar a fim de determinar as forças positivas e restritivas que influenciam no processo de ensino-aprendizagem.

## **CAPITULO V**

### **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Na perspectiva do que foi lido, ouvido e verificado ao longo do trabalho, a proposta de inclusão apresentada pela Escola Municipal Maria José Dantas Carneiro está buscando fazer a inclusão acontecer em todos os níveis e que os incluídos não sejam considerados “coitadinhos”, mas pessoas com certas limitações, tais quais as pessoas padronizadas como “normais”. O que diferencia umas das outras e a percepção de que nas ditas deficientes, as limitações estão visíveis, enquanto nas outras não.

A Lei de Diretrizes e Bases esclarece melhor o princípio genérico da Constituição. O que é reafirmado no Estatuto da Criança e do Adolescente aprovado em 1990. A Lei de Diretrizes e Bases, de 1996, trata da inclusão de pessoas com necessidades educativas especiais, na rede regular de ensino.

Na perspectiva de se considerar que estamos vivendo um momento de transição de uma cultura discriminatória com relação ao diferente para uma cultura de inclusão, em que o diferente é aceito não por ser diverso, mas porque o diverso enriquece. É esse o grande desafio atual: construir uma nova cultura de inclusão, na qual o acolhimento da diferença se faça no reconhecimento do outro como igual, como parceiro, como par.

A partir dos fatos apresentados acima, ficou evidente que se faz necessário a sociedade abrir espaço para as pessoas portadoras de necessidades educativas especiais. Para isto, é preciso que haja uma mudança de visão em relação a estas pessoas. Mudança esta que deve acontecer no interior de cada um, no sentido de ultrapassar preconceitos e bloqueios incutidos e camuflados na maioria de nós. Como ponto relevante para esta transformação, talvez o melhor seja a educação.

Compreende-se que a pessoa deficiente possui aptidões inatas e capacidades adquiridas, as quais estão apenas condicionadas a uma deficiência, ou seja, a falta de um determinado potencial físico ou sensorial, mas que a sua base de personalidade reage e se manifesta como as outras pessoas situadas na chamada “normalidade” física e sensorial.

Apesar do amparo legal, não resta dúvida de que a sociedade brasileira ainda precisa avançar no processo de inclusão, e de que esse deve ser um esforço de todos: autoridades competentes, os diversos Conselhos e Secretarias Municipais e Estaduais, as famílias,

professores, alunos com necessidades especiais ou não, a fim de que possamos desenvolver uma educação inclusiva, onde todos participem contribuindo com aquilo que suas capacidades – que são diversas – permitem.

A cultura, como procura demonstrar, tem um importante papel no contexto escolar, definindo as relações sociais e sendo por elas definida. A prática de ensino está articulada num contexto bem tecido, em que os professores, mesmo que não percebam de forma objetiva, acabam contribuindo para a cultura dos grupos hegemônicos. A legislação é peça fundamental na trama cultural para a perpetuação das hierarquias sociais. Mas, apesar do amparo legal, existe ainda um desafio importante a ser enfrentado no caminho da inclusão dos alunos especiais, que diz respeito à melhoria da qualificação dos professores.

Assim, tomando a orientação teórica quanto à leitura crítica da realidade como uma necessidade a ser buscada cotidianamente, começo a perceber que o meu trabalho não se encerra com esta pesquisa. Que devemos atuar de maneira crítica na elaboração dos conteúdos para a clientela com a qual trabalhamos.

Este trabalho, que não se pretende pronto e acabado, na verdade está apenas começando, e servirá de base para a prática futura, para uma intervenção sistemática que transforme a nossa ação pedagógica. A partida já foi dada com essa investigação, que levou a refletir sobre a realidade a partir da própria prática. Assim, após os estudos sobre a realidade do ensino da Escola Professora Maria José Dantas Carneiro, pretende encaminhar os resultados aos profissionais que atuam na instituição, com sugestões que possibilitem mudar essa realidade. Em síntese, a inclusão escolar é um forte chamamento para que sejam revistas as direções que em que estamos alinhando nosso leme, na condução de nossos papéis como cidadãos, educadores, pais. Precisamos sair das tempestades, destes tempos conturbados, perigosos e a grande virada é decisiva.

Muito já tem sido feito no sentido de um convencimento das vantagens da inclusão escolar para todo e qualquer aluno. Embora não pareçam, as perspectivas são animadoras, pois as experiências inclusivas vigentes têm resistido às críticas, ao pessimismo, ao conservadorismo, às resistências de muitos. A “Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva inclusiva” representa um avanço para que essas perspectivas se reafirmem.



## REFERÊNCIAS

ALVES, Graziela. *A Construção de Uma Escola Inclusiva*. 2006. Disponível em: <http://www.profala.com/arteducesp103.htm>. Acesso em: 21 jul. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares - estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília, MEC/SEF/SEESP, 1999.

EDLER CARVALHO. **Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva**. Porto Alegre: Mediação, 2001.

FERREIRA, Naura S. C; AGUIAR Márcia Ângela de S. (orgs.). **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2000

FREIRE Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FONTES, Rejane de Souza. História da Educação Especial no Brasil In: **Presença Pedagógica**. v. 9 n. 54 nov./dez. 2003

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem escolar**. SP: 18ª Edição. Ed. Cortez, 2006

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. A hora e a vez da Educação Inclusiva. In: MAZZOTA, Marcos. J.S. **Trabalho docente e formação de professores de educação especial**. São Paulo 2000.

MAZZOTTA, *Marcos José da Silveira*. **Deficiência, educação escolar e necessidades especiais: reflexões sobre inclusão sócio-educacional**. São Paulo: Mackenzie, 2002 (*Cadernos de Pós-Graduação*; 7).

OLIVEIRA, Ramon de. **Informática educativa: dos planos e discursos à sala de aula**. 9 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2005.

SANDHOLTZ, Judite Haymore; RINSTAFF, Cathy; DWYER, David C. **Ensinando com Tecnologia: Criando Salas de Aula Centradas nos Alunos**. Traduzido por Marcos Antônio Girardo Domingues. Porto Alegre: ARTMED, 1997

TOURAINÉ, Alain. **Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes**. Trad. Jaime A. Clasen e Ephraim F. Alves. Petrópolis: Vozes, 1998.

## **APÊNDICE A**

### **Questionário Aplicado (Entrevista com diretora e coordenadores)**

I - Questionário realizado com diretora e coordenadora:

1. A escola tem o ( PPP) projeto politico pedagogico?
2. Quantos alunos com Necessidades Educativas Especiais estão matriculados na escola?
3. Como deve ser construído o currículo para estudante com necessidade educativa especial?
4. Quais são as concepções que a equipe docente e multidisciplinar possui sobre o aluno, sobre a deficiência e sobre o trabalho pedagógico nessa instituição.
5. Qual é a importância da participação dos alunos com necessidades educativas especiais na formação do currículo?

## **APÊNDICE B**

### **Questionário Aplicado (Entrevista com professores)**

I - Questionário realizado com os professores:

1. Você já participou de cursos de formação continuada relacionada com Educação Especial Inclusiva?
2. Você já recebeu alunos com necessidades educativas especiais na sala regular? E qual a sua reação?
3. Quais são os elementos facilitadores das inter-relações no processo de inclusão e ensino-aprendizagem de alunos com necessidades educativas especiais?
4. Relate experiências vivenciada em sala regular com alunos com necessidades educativas especiais?